



## **POVO MUNDURUKU, TI APIAKÁ/KAYABI: PRÁTICAS INTERCULTURAIS E HIBRIDIZANTES NAS RELAÇÕES DE COMERCIO COM UMA COOPERATIVA NÃO INDÍGENA.**

ANDRADE, Michel de<sup>1</sup>  
md\_andrade19@hotmail.com

FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho apresenta o recorte de uma monografia realizada na aldeia Nova Munduruku, do povo Munduruku da Terra Indígena Apiaká/Kayabi, na cidade de Juara/MT. A pesquisa monográfica teve como reflexão a seguinte problemática: Se a atividade de coleta de castanha é tradicional do povo Munduruku, como é feito o intercâmbio e a gestão entre as pessoas da comunidade Nova Munduruku? De que forma tem sido vivenciada a gestão administrativa na Comunidade Nova Munduruku na relação extrativista e de comércio da castanha do Brasil junto a uma cooperativa não indígena? O recorte deste diálogo se relaciona entre a comunidade indígena e a cooperativa não indígena dentro da dimensão da interculturalidade e hibridização (Canclini). Aponto a relação do capital entre a comunidade indígena e a cooperativa não indígena, dando ênfase nas implicações desta parceria refletida diretamente no interior da comunidade. A metodologia deste trabalho primou pela pesquisa qualitativa (Minayo), associada à etnografia (Geertz). O trabalho se sustenta no método da dialética marxista, utilizando como ferramentas de pesquisa a entrevista e a observação participante, valendo-se da revisão bibliográfica como fundamentação teórica em todo o trabalho. Entende-se que a cooperativa tem produzido processos interculturalizantes e híbridos na conformação de uma experiência que se espera que atenda a comunidade na aquisição de capital. A interiorização tem provocado a construção de fenômenos cooperados e contraditórios na perspectiva dialética. Concluímos que a pesquisa cumpriu mais que seus objetivos acadêmicos, pois além responder às indagações propostas, esta investigação findou-se em entender que algumas ações desempenhadas pela cooperativa não indígena, não estão totalmente a favor da manutenção da cultura do povo Munduruku.

**Palavras-Chave:** Povo Munduruku, Hibridização, Interculturalidade.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Juara/MT).

<sup>2</sup> Professora Doutora do curso de Pedagogia da UNEMAT *Campus* Universitário de Juara/MT.



## Introdução ao tema

Este artigo traz um recorte sobre os resultados de uma pesquisa monográfica do curso de administração apresentado no semestre letivo 2016/2. Importante se faz esclarecer que o estudo realizado para o trabalho se desenvolveu como parte de uma vivência e experiência humana de vida pessoal, mas também do constructo da formação no processo da graduação realizado no decorrer do curso de administração e participação em diferentes espaços da universidade. Participei de muitos projetos, tanto de extensão como de pesquisa que trabalharam e trabalham diretamente com os povos indígenas da Terra Indígena (TI) Apiaká/Kayabi, povo Kayabi/Kawayweté, povo Apiaká e o povo Munduruku. A minha constituição acadêmica foi sendo permeada de experiências que aglutinaram motivos e que colaboraram para a escrita e a opção de se trabalhar com pesquisa dentro da comunidade Nova Munduruku.

Ao escrever sobre um povo indígena volto minhas reflexões aos demais povos indígenas deste país e reflito sobre a história que é contada sobre o período da invasão (descobrimento) do Brasil. E porque o faço? Para demonstrar minha indignação e afirmar que este país foi invadido, mas também para fazer analogias com o contínuo deste pensamento invasor, pois muitas cidades do estado de Mato Grosso, como as cidades do Vale do Arinos também foram invadidas. Há nelas (nos Brasis) um imaginário colonizador que suprime e invisibiliza os povos originários desta terra.

O povo indígena que abordo neste trabalho é o povo Munduruku. Este povo é conhecido como guerreiro, fala a língua Munduruku do tronco Tupi, tradicionalmente, é um povo coletor e agricultor. Está distribuído em três estados brasileiros: Pará, Amazonas e Mato Grosso. Nascimento (2012) relata que no ano de 1985 chegaram a terras mato-grossenses os primeiros Munduruku e se instalaram na TI Apiaká/Kayabi. Nesta ocasião, se juntaram ao povo Apiaká e somente no ano de 1988 é que os Munduruku se separam dos Apiaká. Fundaram e foram morar na aldeia Nova Munduruku, que fica no mesmo território.

O povo Munduruku mantém tradicionalmente suas atividades coletoras para o consumo. Atualmente, fazem a coleta de castanha para consumo e comercialização, formas constantes e desafiadoras de intercâmbios com a sociedade envolvente. O povo Munduruku, da aldeia Nova Munduruku trabalha com a extração da castanha do Brasil em parceria



firmada desde o ano de 2013 com a Cooperativa de Agricultores do Vale do amanhecer (COOPAVAM) e também com outros povos indígenas da TI Apiaká-Kayabi. Trata-se de uma atividade de subsistência com a participação do capital. Como recorte da pesquisa, neste artigo, abordando a presença da COOPAVAM na comunidade Munduruku, bem como as relações – capital e intercultural – entre elas.

O movimento da investigação foi orientado no sentimento de buscar entender o impacto direto e indireto que uma organização coletiva não indígena exerce dentro de uma comunidade indígena e como este se desenvolve em uma relação comercial. Salienta-se que surge uma dinâmica de trabalho cooperativo entre organizações na comunidade indígena envolvendo uma rede de relações de empreendimentos indígenas e não indígenas.

Os métodos que se fizeram como caminhos da pesquisa primaram pela pesquisa qualitativa (Minayo), associada à etnografia (Geertz), com a utilização de entrevista e de observação participante. O caminho primeiro para a vivência da pesquisa se deu antes mesmo da proposição da pesquisa em si. Foram caminhos de terra e de água, porém para chegar à aldeia nova Munduruku só passando pelas águas, e é assim que inicio os primeiros passos, saindo do mundo sólido, da terra onde nos é comum para o mundo em estado líquido das águas, do movimento, dos balanços que nos faz enxergar um Outro mundo.

As águas possibilitaram a travessia e a travessia aconteceu em vários momentos em nas ações junto às comunidades indígenas, em que colocou-se em escuta e vivenciando os procedimentos da pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa se justifica porque aproxima o acadêmico pesquisador do *lócus* da investigação. Gil (2010) define a pesquisa exploratória como um tipo de pesquisa que têm por objetivo de proporcionar uma visão geral sobre o objeto de estudo para eliminar dificuldade de formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Minayo (2013) diz que na pesquisa exploratória, o investigador busca um novo discurso interpretativo.

A pesquisa bibliográfica conduziu este trabalho em todos os momentos, dando suporte teórico e de compreensão, calçou nossos pés na caminhada e, quando sobre as águas, possibilitou a contemplação e por algum tempo a sensação de calma. Desse modo, consultou-se a bibliografia desta temática para embasar as interpretações emergentes à pesquisa, assim referenciando as conclusões elencadas posteriores ao levantamento e interpretação dos dados. Gil (2010, p.46) nos explica que o “[...] levantamento bibliográfico



preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação”.

Cada passo configurou avanços, mas ao mesmo tempo em que caminhava havia a sensação da necessidade da continuidade de se deparar com o paradoxo do caminho em si. Um caminho que transportava entre terras e águas. Definindo-se assim: terra como lugar conhecido e água lugar de travessia, o Outro mundo. Compreendeu-se que era preciso não só fazer travessias, era necessário adentrar, experienciar o Outro, portanto, era necessário estar com os Munduruku. E assim, com este sentimento de estranheza adentrando no trabalho de campo com a aprendizagem e o uso da técnica da observação participante.

Minayo (2013) explica que esta técnica estabelece uma relação face a face entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa, mantendo um contato direto com os mesmos. Com a observação, o pesquisador se coloca na realidade de seu objeto de estudo com o intuito de desenvolver um trabalho científico em uma relação direta com os sujeitos da pesquisa, vivenciando o cenário social e cultural podendo até modificar este contexto, pois interfere nele assim como é modificado pessoalmente. Minayo (2013) explica a observação participante como um método que permite compreender a realidade.

O diálogo foi instrumento necessário na compreensão e na estrutura da investigação, pois o caminho foi feito conversando de várias formas, com os olhos, com a palavra, com o sentimento e também com silêncios. Da conversa várias pessoas participaram e estas estavam em diversos lugares entre eles a aldeia Nova Munduruku e a UNEMAT. Nestas conversas houve um diálogo que se efetivou na técnica de entrevista não estruturada. Minayo (2013, p. 64) explica que a entrevista é:

[...] acima de tudo uma conversa a dois, ou então em vários interlocutores, realizada pela iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Entrevistas foram realizadas com os sujeitos que fazem parte do Instituto Munduruku, tanto com as gestões que se passaram até a gestão atual, bem como os cooperados e a liderança da comunidade. Por meio destas, foi possível observar os processos de pactuação e relações de trabalho empreendido dentro da comunidade Nova Munduruku. Através da



observação obtive informações desde o planejamento que antecede a colheita da castanha até os desdobramentos e conclusão do processo administrativo.

## **Práticas cooperativistas**

O estado de cooperação é uma atitude presente e tradicional no povo Munduruku. Desenvolve-se no que Marx denomina de trabalho, no feito e produção de ações que transformam o meio. Assim, a relação de trabalho se confunde com a produção cultural, ou seja, relaciona-se ao próprio fazer e ser Munduruku. Então, a relação de trabalho e/ou das práticas culturais na construção de atividades estão relacionadas aos campos mítico-cosmológicos, de consumo, comercialização, extrativismo, plantio, e ritual (na presença de pajé quando esta na comunidade) desenvolvida no interior da comunidade se caracteriza pela individualidade e pela cooperação nas ações.

Essas relações se apresentam de duas formas: a individualidade de grupos familiares e a coletividade comunitária. Compreende-se por individualidade de grupos familiares as ações das famílias plantarem suas roças, fazerem suas caças, pesca e colheita de castanha, geralmente, para consumo e na atualidade, no caso da colheita da castanha tanto para consumo quanto para comercialização e/ou geração de renda.

Por coletividade comunitária entende-se diferentes ações que vão desde o planejamento no barracão comunitário – espaço de produção de assembleias coletivas para decisão de quaisquer assuntos e/ou situação necessária de organização por parte de toda a comunidade – até o desenvolvimento de atividades que tenham objetivos comuns, tais como: eventos culturais do próprio povo, como a produção da roça. Para esta atividade há a preparação do lugar (demarcação da roça, roçado do mato baixo, a derrubada e espera da secagem do roçado), queimada, a coivara (cortar galhos que não foram queimados), plantio da roça, pescarias e caçadas coletivas. Há também períodos coletivos de busca de frutos silvestres do lugar e confecção de adornos artesanais utilizados nos eventos culturais da comunidade.

As abordagens acima apresentadas estão imersas no contexto cultural do povo Munduruku e, portanto, na construção da identidade de um grupo étnico. Afirma-se neste





contexto que as identidades são dialéticas porque como ser humano que somos e sujeitos a diferentes experimentações e situações sociais e interculturais e de alguma forma trocas ocorrem e são produzidas. Assim, “[...] a identidade, seja ela individual ou coletiva, é parte constitutiva do movimento dialético já feito, antecipando a expectativa do movimento que ainda fará a nova identidade” (BOGO, 2008, p.117).

Nessa perspectiva, é importante estabelecer o que é trabalho dentro da comunidade Munduruku e para esta construção primeiramente discuto sobre o conceito de trabalho. Marx (1985) conceitua trabalho como um processo que se apresenta em seus elementos simples e abstratos, como atividade objetivando um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas.

A partir dessa discussão, entende-se que aprofundar nas relações de trabalho é necessário, assim introduzindo a conexão do trabalho dentro da perspectiva do capital no contexto do contrato da Cooperativa COPAVAM estabelecida com o Instituto Munduruku.

## **Relações de trabalho e o Instituto Munduruku**

O Instituto Munduruku é uma organização coletiva do povo Munduruku que residem no Município de Juara-MT na TI Apiaká-Kayabi. Trata-se de um Instituto com Estatuto Social próprio e sem fins lucrativos. Juridicamente registrada no ano de 2005, no entanto, o seu surgimento é resultante de outras organizações indígenas, pois, segundo relato do Vice Cacique Jones de Adenilson, o Instituto Munduruku surge como uma historicidade de associações que não deram certo.

O Estatuto Social do Instituto Munduruku assegura em seu Artigo 2º: que tem como objetivo: “promover, incentivar e apoiar a preservação e a melhoria do meio ambiente” podendo para tanto, em seu item 4 “Buscar criar projetos de subsistência e sobrevivência para auto sustentação dos Munduruku, respeitando sua livre escolha, as peculiaridades inerentes ao seu uso, seus costumes, suas tradições e cultura”.

Dentro desta perspectiva e a partir do diálogo com o presidente sobre a funcionalidade do instituto e a parceria com uma cooperativa de assentados da cidade Juruena-MT para a coleta da castanha, identificou-se que havia uma procura da cooperativa em ter os povos



indígenas juntos na realização deste trabalho. A cooperativa precisava de uma instituição jurídica para estabelecer parceria e é assim que o Instituto Munduruku assume esta funcionalidade.

Instituto Munduruku é a entidade Associativa que está mais organizada na TI Apiaká-Kayabi e que por esta causa é responsável pela negociação direta com a COOPAVAM, firmando assim contrato de compra e venda de castanha entre os 3 Povos e a cooperativa, e também como integrante do projeto Sentinelas da Floresta que é coordenado por Paulo Cesar Nunes em parceria com a COOPAVAM (Marcelo Munduruku, 21/04/2016).

Marcelo ainda relata que as comunidades Mayrob e Tatuí estabelecem contratos com outros atravessadores, não comercializando exclusivamente com a COOPAVAM. As famílias dessas comunidades que optam em comercializar com a cooperativa se valem do intermédio do Instituto Munduruku sem nenhuma perda monetária, pois o instituto não realiza nenhum tipo de cobrança adicional por qualquer prestação de serviço, reafirmando que este é sem fins lucrativos.

Esclarece-se que participam da produção de trabalho da coleta da castanha junto à COOPAVAM os três povos indígenas da TI Apiaká-Kayabi, povo Munduruku, povo Apiaká, Povo Kayabi/Kawaywete e também o Povo Cinta Larga. No entanto, este estudo aborda a relação de trabalho da cooperativa para com o Instituto Munduruku. A gestão do Instituto Munduruku é realizada de modo coletivo onde toda a comunidade participa das decisões firmadas entre o instituto e a cooperativa, o presidente é um representante legal, porém as decisões são coletivas, afirmando novamente a ação cooperada própria do povo Munduruku.

Conforme contrato atual de compra e venda firmado no final do ano de 2016 entre a cooperativa e o instituto, os valores estabelecidos são registrados nos seguintes termos: teto de venda de 10.000 (dez mil) quilogramas (Kg) de castanha do Brasil *in natura* pelo valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por Kg. Caso a coleta ultrapasse o teto firmado no contrato deverá ser feito um novo contrato. O transporte fica por conta e risco da cooperativa, retirando das aldeias em lotes de 3.000 (três mil) Kg, equivalentes a uma carga de caminhão. Fica por conta da COOPAVAM também o fornecimento de sacos de 50 (cinquenta) Kg para o acondicionamento da castanha para o transporte. Consta uma cláusula no contrato que a castanha deve ser entregue escolhida, lavada e seca, podendo ser recusada pela COOPAVAM caso não atenda aos padrões exigidos.



Marcelo Munduruku revela que o primeiro contato com a COOPAVAM foi firmado no ano de 2013, com o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o Kg da castanha *in natura*, este sem contrato de compra e venda firmado. O primeiro contrato se deu no ano de 2014 com o preço acertado de R\$ 3,00 (três reais) o Kg e uma carga de 15.000 Kg (15 toneladas) de castanha. No ano de 2015 houve um pequeno aumento no preço para R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) o Kg e mantendo a quantidade de 15 toneladas de castanhas. Como já afirmado anteriormente, o contrato atual firmou-se com o valor de R\$ 5,00 o Kg e abaixou a quantidade do contrato para 10 toneladas. Há uma promessa de alta no preço para o próximo ano de R\$ 7,00 (sete reais) o Kg. A baixa na quantidade de castanha pode ser dada por vários motivos, internos ao vegetal e externo ao mesmo, no entanto a alteração para mais ou para menos na produção dos castanhais é um fator considerado normal pelos indígenas por compreenderem que “um ano produz bem, outro ano produz pouco”.

Valdenildo Saú esclarece que o preço da castanha praticado pelos atravessadores antes do contato da COOPAVAM era de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) o Kg fora da época do natal (sazonalidade) e quando chegava perto do natal pagava-se R\$ 1,00 (um real) o Kg. Outro fator relevante explicado por ele é que caso não seja atingida o teto de coleta estabelecido pelo contrato com a COPAVAM o instituto não sofre nenhum tipo de sanção ou multa contratual.

O fator predominante na alta do preço da castanha é o aumento da demanda e a baixa oferta, tal evento é conhecido na economia como Lei da Oferta e Procura. Jones Crixí nos conta que outras empresas têm procurado a comunidade e ofertando preços mais vantajosos que a COOPAVAM. Segundo ele isso tem influenciado fortemente na alta do preço do Kg da castanha pela cooperativa.

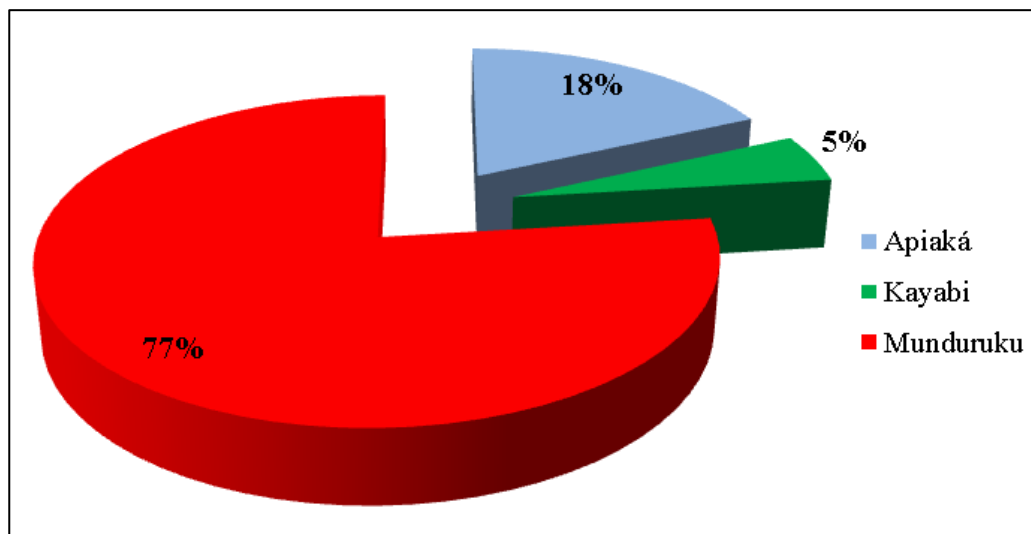
A produção da coleta realizada no ano de 2016 comercializada com a COPAVAM pelas comunidades Nova Munduruku, Mayrob e Tatuí não chegou ao teto combinado no contrato. Conforme documentos do Instituto Munduruku, pela ação extrativista foram coletados um total de 9.775 (nove mil, setecentos e setenta e cinco) Kg de castanha do Brasil *in natura*, sendo 1.778 (um mil, setecentos e setenta e oito) Kg coletados pelo povo Apiaká (comunidade Mayrob), 481 (quatrocentos e oitenta e um) Kg coletados pelo povo Kayabi/Kawaywete (comunidade Tatuí e Aldeia Alta) e 7.516 (sete mil, quinhentos e





dezesseis) Kg coletados pelo povo Munduruku (comunidade Nova Munduruku). Segue Gráfico ilustrativo abaixo

**Gráfico 1 – Produção de castanha do Brasil comercializada com a COOPAVAM por Etnias na TI Apiaká/Kayabi**



Fonte: ANDRADE, 2016

Por meio dos dados, observou-se a predominância do povo Munduruku como fornecedor de castanha para a cooperativa. Essa relação de serem coletores em potencial pode ser porque as outras comunidades mantêm contratos com outros compradores. E também porque as negociações contratuais são de responsabilidade do Instituto Munduruku. Portanto, há uma relação de mercado firmado diretamente com o povo Munduruku, os interlocutores diretos com a cooperativa.

A lei da oferta e da procura é um fator que se estabelece na relação de mercado, no entanto, ainda que haja a presença deste fenômeno da economia, observa-se outros fatores que se inter-relacionam, como por exemplo, a formação de trabalhadores coletores remunerados. Essa atitude evidencia uma mudança nas relações de trabalho. Antes potencial de trabalho para consumo e após relação contratual, trabalho em relação de mercado. Essa relação de trabalho demonstra uma ação intercultural híbrida construída em forças produtivas capitalista, força de trabalho humano e também organização de uma gestão que tem como fundamento princípios econômicos e cooperados.



## **A COOPAVAM no interior da comunidade Nova Munduruku.**

Infere-se a ideia de que a cooperativa em parceria com o Instituto tem produzido processos interculturalizantes, pois, de um lado têm-se não indígenas com propostas de diferentes óticas e de outro os povos indígenas, em especial os Munduruku organizando a partir da cultura a relação econômica na comunidade.

Nesse sentido, evidencia-se a reflexão da relação entre a cooperativa e o instituto – os coletores - em sua essência como processos interculturalizantes e hibridizantes. Para explicar o fenômeno desta relação, utilizou-se de Canclini (2009). Para ele, a interculturalidade trabalha com três processos: as diferenças, as desigualdades e a desconexão, esclarece que a interculturalidade se dá na trama vários fatores sociais intercalando as culturas e assim às tornando híbridas. Portanto, a interculturalidade se dá na afirmação entre os diferentes em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos.

Aliás, processos lidos dentro desta pactuação. Assim, os aspectos históricos e de origem da COOPAVAM junto ao Instituto dentro da comunidade indígena se comporta como uma intersecção entre os pactuantes na construção de hibridizações e de interculturalidade.

Assim Canclini (2010, p. 14) explica que:

[...] la hibridación no es sinónimo de fusión sin contradicciones, sino que puede ayudar a dar cuenta de formas particulares do conflicto generadas en la interculturalidade reciente y en medio de la decadencia de proyectos nacionales de modernización en América latina. Tenemos que responder a la pregunta de si el acceso a mayor variedad de bienes facilitando por los movimientos globalizadores democratiza la capacidad de combinarlos y de desarrollar una multiculturalidad creativa.

A pactuação do instituto com a cooperativa acima citada resulta de negociações metaeconômicas, em base democrática. Garcia (1981, p. 1) evidencia que “[...] uma associação cooperativa, o próprio ato de produção, ou melhor, a própria ideia do que seja trabalho inclui necessariamente características ‘metaeconômicas’”. Ainda Garcia (1981) aponta que as cooperativas em si são organizações de pessoas que, democraticamente, se unem com objetivos específicos de necessidades econômicas definidas por duas condições: políticas, pois há uma promoção social e econômica de seus membros, porque produz um bem ou serviço com a intenção de gerar receita. Para Canclini (2010), processos hibridizantes e globalizantes.



A Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer tem a necessidade de trabalhar com produtos da floresta de um modo que não a degradasse, pois este assentamento se localiza em uma área que possui uma reserva legal comunitária. Tal comunidade é formada por pequenos agricultores e é conhecido como Vale do Amanhecer que se localiza na cidade de Juruena-MT, por outro lado, o Instituto tem o interesse em desenvolver formas de auto sustentação, no entanto e de acordo com Marcelo Munduruku, há uma inexperiência em criar projeto próprios e, nesse sentido, pactuou com a cooperativa como uma experiência de funcionalidade coletiva, mas que o objetivo é que o próprio Instituto produza projetos independentes também.

As parcerias firmadas pela COOPAVAM entre as entidades governamentais, entidades privadas e da sociedade civil têm possibilitado uma construção hibridizante de experiências interculturais entre as comunidades indígenas e os demais parceiros da cooperativa. Entende-se e se insiste que se faz necessário esclarecer a hibridização como forma de superar a segregação e mesmo a exclusão. Canclini (2010, p. 20) afirma que a hibridização na forma da interculturalidade ocorre quando há um encontro de duas culturas ou povos diferentes. “La hibridación, como proceso de intersección y transacciones, es lo que hace posible que la *multiculturalidad* evite lo que tiene de segregación y pueda convertirse en *interculturalidad*”.

A COOPAVAM trabalhou com dois projetos junto à comunidade Nova Munduruku. O primeiro intitulado “Sentinelas da Floresta”, iniciou em no dia 17 de maio de 2013 com duração de 24 meses. Segundo o site do Fundo Amazônia<sup>3</sup>, financiador do projeto, foi desembolsado um total de R\$ 4.064.200,37 (quatro milhões, sessenta e quatro mil e duzentos reais e trinta e sete centavos) durante a execução do projeto. Este projeto teve como área de abrangência territorial oito municípios do Noroeste do Estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena). Segundo dados do Projeto, o mesmo visa a reforçar a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil na região Noroeste do MT, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização. Propõem aumentar a renda das comunidades extrativistas, entre elas as comunidades indígenas reduzindo a pressão floresta e dependência da extração de subsistência pelas comunidades.

---

<sup>3</sup> [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/Projetos\\_Apoiados/Lista\\_Projetos/C OOPAVAM](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/C OOPAVAM). Acesso em 14 de abr. de 2016.



O projeto referido tem como ações a ampliação e aprimoramento da coleta de castanha-do-Brasil nas comunidades indígenas; construção de barracões e mesas de secagem da castanha nas comunidades; aumento da capacidade de aquisição de castanha *in natura* pela COOPAVAM; aquisição de equipamentos e estruturas; ampliação e modernização das unidades de beneficiamento da COOPAVAM e da Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA), com melhoras na produtividade e qualidade e capacitação técnica e gerencial dos indígenas e extrativistas envolvidos no projeto, com estímulo a sua integração e fortalecimento.

Há aqui um paradoxo contraditório, mas compreensível pela dialética das forças de produção e valor de mercado. O paradoxo está em reduzir o uso dos recursos da floresta pelos povos indígenas em contraposição de aumentar a extração da castanha em processos pactuados.

O segundo projeto desenvolvido pela COOPAVAM é o Projeto Doação Simultânea, que faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) requer um encontro com sua origem que está circunscrita no Programa Fome Zero. A partir dessa concepção cria-se o Programa de Aquisição de Alimentos. Instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e tem como finalidades principais a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar. O apoio aos agricultores familiares opera-se por meio da aquisição de produtos da sua produção, com dispensa de licitação. (Site CONAB<sup>4</sup>)

Segundo o site da COOPAVAM<sup>5</sup>, o Projeto Doação Simultânea que é executado pela mesma atende mais de 42.000 Crianças, Jovens, Gestantes e Idosos em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional em 08 Municípios do Noroeste MT mencionados anteriormente. Através do PAA é comercializado para a CONAB produtos como Farinha de castanha do Brasil, Barra de cereais e castanhas do Brasil em amêndoas. Esses produtos são doados através do PAA para entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social.

<sup>4</sup> <http://www.conab.gov.br>. Acesso em 12 de out. de 2016

<sup>5</sup> <http://coopavam.org.br/projeto-doacao-simultanea-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-conab/>. Acesso em 10 de mar. de 2016



O trabalho que vem sendo desenvolvido com a castanha do Brasil tem realizado trocas entre as amêndoas *in natura* por outros alimentos derivados da castanha pela ação de beneficiamento. O que antes era consumido apenas tradicionalmente - em diferentes tipos de preparação alimentícia - hoje amplia-se com outros alimentos que utilizam a castanha em sua composição, porém não com o mesmo valor nutricional quando *in natura*.

Dessa forma, com projetos e com intercâmbios hibridizantes que a COOPAVAM se insere no interior da comunidade indígena do povo Munduruku em Juara. Essa interiorização mobiliza sentimentos, memórias e histórias de vida das pessoas que residem na aldeia.

As marcas interculturais também podem ser identificadas nos processos de negociações e na alimentação do povo Munduruku. A divisão dos custos dos insumos necessários para a coleta em locais distantes da comunidade realizada pelos coletores caracterizam uma marca cooperativa, sendo intercultural e hibridizante, pois consomem alimentos que não são próprios de sua cultura, Canclini (2010) entende tais fenômenos como “*mezclas interculturales*”.

Entende-se que a prática da coleta da castanha é uma atividade que os mesmos já desenvolviam antes da relação com o capital, pois, o consumo da castanha *in natura* faz parte da alimentação tradicional do povo Munduruku. Há uma violência à cultura que a cooperativa inflige contra o povo Munduruku e que não é explícita, pois ampara em pactuações legais através de contrato de compra e venda com a comunidade e se vale também da venda dos produtos “industrializados” ao PAA, que é repassado à comunidade.

Tal violência acontece quando a cooperativa retira a castanha *in natura* da alimentação do povo Munduruku e em troca envia produtos “industrializados” – através do programa PAA - que têm a amêndoa da castanha do Brasil como base, mas não em sua totalidade, assim fazendo que alimentos tradicionais sejam trocados pelos produtos disponibilizados pela cooperativa e oferecido às famílias Munduruku.

Nessa perspectiva, comenta-se alguns sentimentos e construções memoriais, então, sob os olhares de anciões e líderes indígenas da comunidade Munduruku evidenciando-se alguns sentimentos, significados, histórias, entrelaçamento que os mesmos têm com cooperativas e em particular com esta cooperativa, a COOPAVAM.





## Considerações finais

As histórias de vida e as memórias vão se inter cruzando e construindo outra história de relações e de enfrentamentos burocratizados e pactuados em organizações de cooperativa, de instituto, enfim, organizações híbridas porque reúne saberes do povo Munduruku com outros saberes na conformidade organizativa institucionalizada. Assim, as histórias constroem a vida e as relações específicas do trabalho, que aos poucos se interiorizam na comunidade. Observa-se nas narrativas de lideranças da comunidade que a presença da COOPAVAM na comunidade está sendo positiva e atende às expectativas e agrada a liderança e o povo da aldeia, pois estes sujeitos entendem que com a entrada da cooperativa extinguiu-se a procura dos atravessadores que se valiam do trabalho dos indígenas para ganhos próprios e não pagavam o preço justo pela castanha. Aparece o sentimento da valorização permeada pela valorização da força de trabalho.

Enfim, a COOPAVAM no interior da comunidade Munduruku tem produzido processor interculturalizantes e híbridos na conformação de uma experiência que se espera que atenda a comunidade na aquisição de capital. A interiorização tem provocado a construção de fenômenos cooperados e contraditórios na perspectiva dialética. Porém, a reflexão sobre os processos desenvolvidos, entendendo que a relação de troca que ainda é posta aos indígenas, agora não mais por espelhos, ferramentas de metais, etc. se configura na força de trabalho relacionada ao capital. O pretexto utilizado para essa troca é a geração de renda, mas na realidade o que ocorre é a captação de matéria prima para uma cooperativa não indígena. A cooperativa retira da comunidade um tipo alimento de sua cultura através de um contrato de compra e venda e, em minha avaliação, o preço pago pela cooperativa não cobre justamente a carga de trabalho efetivo dos coletores indígenas, configurando uma exploração da força de trabalho.

Assim, é necessário elucidar que não se afirma no texto que todas as ações desenvolvidas pela cooperativa no interior da comunidade são nocivas ao povo Munduruku, porém trabalhar com povos indígenas significa sob meu entendimento, realizar ações interculturais, com negociações que tenham como resultado a não intervenção dentro da estrutura social e cultural da comunidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a cooperativa pouco se atenta para a questão cultural da comunidade, tendo como exemplo um projeto



chamado “Sentinelas da Floresta” com objetivo de melhorar a cadeia de produção e logística para a extração da castanha e reduzir a pressão que a floresta sofre pela extração de subsistência, assim, surgindo a seguinte indagação: O objetivo real do projeto é a manutenção e cuidado da floresta ou o aprimoramento da logística de extração da castanha para beneficiar a própria cooperativa?

## Referências bibliográficas

- BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. 1. ed. 3. reimp. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GARCIA, R. M. **Os requisitos de um programa de treinamento de cooperativas**. Rev. adm. empres. [online]. 1981, vol.21, n.1, pp.39-45. ISSN 0034-7590. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v21n1/v21n1a04.pdf>. Acesso em 21 de ago. de 2016.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- MUNDURUKU, Marcelo. Projeto sentinelas da floresta. Documentário *in* TV Juarana, publicado em 5 de mar de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2lcSuRIHQFk>. Acesso em 15 de abr. de 2016.
- NASCIMENTO, Ronélia do. **Processos educativos: saberes e a cultura Munduruku**. TCC do Programa de Pós Graduação Educação e Diversidade da UNEMAT Campus de Juara, FAED/UNEMAT, 2012.



## **Consultores indígenas**

Joaquim Crixí

Jones de Adenilson Manhuari Crixí

Luciana Mendes Tamaná

Marcelo Munduruku

Raimundo Manhuari

Valdenildo Saú